

GRUPO DE TRABALHO SOBRE LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. MARCELO FREIXO)

Requer a realização de audiência pública no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) sobre Legislação Penal e Processual Penal sobre mudanças na Parte Geral do Código Penal (excludentes de ilicitude; legitima defesa; pena de multa; fixação da pena e do regime de cumprimento – novas hipóteses para a fixação do regime inicial fechado; efeitos genéricos da condenação; causa impeditiva da prescrição; causa interruptiva da prescrição; tempo de cumprimento de pena; requisitos do livramento condicional) – “Tema 1”, conforme estabelecido no Roteiro de Trabalho do presente GT.

Senhora Coordenadora Deputada Margarete Coelho;

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 255 e 256, caput, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater Legislação Penal e Processual Penal sobre mudanças na Parte Geral do Código Penal (excludentes de ilicitude; legitima defesa; pena de multa; fixação da pena e do regime de cumprimento – novas hipóteses para a fixação do regime inicial fechado; efeitos genéricos da condenação; causa impeditiva da prescrição; causa interruptiva da prescrição; tempo de cumprimento de pena; requisitos do livramento condicional) – “Tema 1”, conforme estabelecido no Roteiro de Trabalho do presente GT.

Para tanto, gostaríamos de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

1. Dra. Marília Montenegro

Doutora em direito pela UFSC. Mestra em direito pela UFPE.

Professora de direito penal na UFPE e UNICAP. Professora do PPGD-UNICAP.

2. Sra. Débora Silva

Fundadora e Coordenadora do Movimento Mães de Maio.

3. Representante da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento insere-se nos termos do ato de instituição do Grupo de Trabalho criado pelo Ato do Presidente de 14/03/2019 cujo objetivo é, em conjunto com Grupo já em funcionamento no âmbito do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, promover o debate em torno dos Projetos de Lei n. 10.372/2018, 10.373/2018 e 882/2019, sobretudo com a sociedade civil organizada e com a comunidade jurídica, para compará-los, harmonizá-los (se necessário) e colher subsídios que, certamente, facilitarão a apreciação pela Comissão Especial que será instalada para analisar a matéria.

O intuito, portanto, é, repita-se: facilitar a tramitação dessas proposições legislativas.

Dessa forma, para que esse objetivo possa ser alcançado, sugerimos aos Ilustres Membros do Grupo o presente requerimento, que trata do

"Tema 1: Mudanças na Parte Geral do Código Penal (excludentes de ilicitude; legitima defesa; pena de multa; fixação da pena e do regime de cumprimento – novas hipóteses para a fixação do regime inicial fechado; efeitos genéricos da condenação; causa impeditiva da prescrição; causa interruptiva da prescrição; tempo de cumprimento de pena; requisitos do livramento condicional)".

Sala das Comissões, em de abril de 2019.

Marcelo Freixo
Deputado Federal (PSOL/RJ)